

Volta do horário de verão é possibilidade real, diz ministro

O ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, afirmou, nesta quinta-feira (12), em São Paulo, que a volta do horário brasileiro de verão é uma possibilidade real, para melhor aproveitamento da luz natural em relação à artificial e a consequente redução de consumo de energia elétrica no país.

“O horário de verão é uma possibilidade real, mas não é um fato porque tem implicações, não só energética, tem implicações econômicas. É importante para diminuir o despacho de térmicas nos horários de ponta, mas é uma das medidas, porque ela impacta muito a vida das pessoas”, reconhece o ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira.



Copacol
Supermercados

Cooperando com a
economia da sua casa!



Eleições 2024: Qual é a função e o salário do prefeito?



No próximo dia 6 de outubro, brasileiros e brasileiras vão às urnas para eleger prefeitos e vice-prefeitos, além de vereadores, para os 5.569 municípios do país. E antes de escolher o candidato ideal para chefiar a cidade, é importante saber qual é a função e o salário que o eleito vai receber a partir de 1º de janeiro de 2025.

O cientista político e sócio da Hold Assessoria Legislativa, André César, explica que o prefeito é o chefe do Poder Executivo Municipal e o vice é o substituto.

“O prefeito é o chefe do Executivo Municipal. Ele coordena todas as políticas públicas, ele coordena a gestão geral. É o chefe do Executivo Municipal, assim como o governador, com suas funções, como o presidente da República, [mas] no âmbito local, no âmbito da cidade. O vice-prefeito basicamente substitui o prefeito na ausência desse. Por que motivo? Se ele estiver em uma missão fora [da cidade], ou se ausentar por [motivo de] saúde, licença, o vice assume as funções do prefeito.”

Durante o mandato de quatro anos, cabe ao prefeito ou à prefeita:

- desenvolver políticas públicas para garantir o bem-estar da população local;
- ouvir e atender às demandas dos moradores;
- proteger o patrimônio histórico-cultural do município;
- garantir o transporte público e a organização do trânsito;
- pavimentar ruas;
- construir e preservar espaços de públicos;
- apresentar projetos de lei à Câmara Municipal, além de sancionar ou vetar projetos aprovados pelos vereadores;
- zelar pelo meio ambiente, limpeza e saneamento básico do município;
- arrecadar e administrar a aplicação dos impostos municipais;
- implementar e manter em boas condições de funcionamento postos de saúde, escolas e creches municipais, entre outras funções.

A eleição para prefeito e respectivo vice é feita por votação majoritária, da mesma forma como é feita para governador estadual e presidente da República. Em cidades com mais de 200 mil eleitores, pode haver a necessidade de segundo turno, caso uma candidatura não alcance mais da metade dos votos válidos na primeira votação.

Nesse caso, no dia 27 de outubro de 2024, os eleitores devem

escolher entre os dois concorrentes mais votados na primeira etapa.

Salários
Os salários dos prefeitos e dos vices são determinados de acordo com cada lei municipal. Segundo o Art. 37 inciso XI da Constituição Federal, o valor não pode ser maior que a remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal, que este ano passou a receber R\$ 44 mil.

O cientista político André César explica de onde vem os recursos para pagar o salário do prefeito e do vice.

“Os recursos do município vêm de impostos locais. O IPTU é o principal recurso que o município arrecada. Os repasses federais e estaduais também fazem parte da manutenção do município e entram também no pacote.”

Para conferir os valores, acesse o portal da transparência de cada município.
Fonte: Brasil 61 - <https://brasil61.com/n/eleicoes-2024-qual-e-a-funcao-e-o-salario-do-prefeito-bras2412623>.

Fonte: Brasil 61
Foto: Freepik

Metade dos municípios tem apenas dois candidatos a prefeito



Cerca de metade dos municípios brasileiros tem apenas dois candidatos a prefeito nas eleições deste ano. Segundo levantamento da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), 5.496 candidatos concorrem diretamente ao cargo do executivo em 2.748 cidades, o que corresponde a 49% dos municípios do país. O percentual é o segundo maior desde 2000, quando 2.794 cidades tiveram apenas dois candidatos.

De acordo com o levantamento, a média populacional nessas cidades é de 12,7 mil habitantes. A menos populosa é Serra da Saudade, em Minas Gerais, com 833 habitantes, e a mais populosa é Itapevi, em São Paulo, com 232.297 habitantes. Segundo o cientista político e sócio da Hold Assessoria Legislativa André César, o perfil populacional dessas cidades pode explicar o cenário do pleito com apenas dois candidatos a prefeito.

Se você olhar o perfil desses municípios, certamente são municípios pequenos, chamados rincões. Então isso já afunila o processo eleitoral, naturalmente. Em uma cidade desse tipo, não faz sentido ter cinco candidatos.”

Ainda de acordo com a CNM, em 2024, houve uma redução de 20% no número de candidatos a prefeito, totalizando 15.415 candidaturas. Para o cientista político e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo Eduardo Grin, o desafio de governar uma cidade pequena, com poucos recursos e muita demanda da população, reduz o interesse dos candidatos à prefeitura.

No Brasil, cidades pequenas, sobretudo aquelas com menos de 20 mil habitantes, são cidades com poucos recursos financeiros e que vem aumentando muito a responsabilidade de gastos com políticas públicas do governo federal. Então, há o receio dos prefeitos

de sofrerem processos do Tribunal de Contas, do Ministério Público, ou seja, a relação custo-benefício em muitos casos não é bem vista pelos candidatos.”

Partidos
Segundo a análise da CNM, as três disputas ao cargo de executivo mais frequentes nas eleições deste ano são: MDB x PP (168), MDB x PSD (154) e MDB x PL (111). Além disso, cinco partidos concentram 3.256 candidaturas a prefeito, ou 59% do total de 5.496: MDB, PSD, PP, UNIÃO e REPUBLICANOS.

Eduardo Grin ressalta que os principais partidos postulantes às eleições deste ano são do chamado “Centrão”.

“Porque os partidos do Centrão têm sido os mais favorecidos com recursos das emendas do orçamento secreto e outras formas de transferência de emendas Pix, por exemplo, de modo que isso reduz também a possibilidade de outros partidos, com menos recursos, terem candidatos competitivos nessas cidades menores.”

André César destaca que os partidos que mais concorrem nas eleições municipais de 2024 são partidos centrais no debate político atualmente.

O MDB, tradicionalmente, era o partido com maior capilaridade, que chegava em todos os locais do Brasil. Ele está tentando manter isso, só que está perdendo espaço para o PSD, que é um partido que está crescendo fortemente. O PT é o partido do governo federal e mantém espaço, especialmente na Região Nordeste. E o PL está aí também, com o bolsonarismo, às vezes um pouco mais extremado, às vezes nem tanto. Então é um retrato interessante; são os partidos centrais no debate político hoje, em 2024.”

Fonte: Brasil 61



CONSULTEC CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA

📍 RUA JUVENTINO GONCALVES, 201 - CENTRO - CAFELANDIA-PR
☎ (45) 3241-1303 | (45) 99834-4045

👤 CLAUDINEI FÁVERO CRC/PR-036099/O-7
👤 EDILSON FÁVERO CRC/PR-036290/O-2
👤 JOEDIR FRANCISCO DE RÉ CRC/PR-039002/O-2

Volta do horário de verão é possibilidade real, diz ministro Alexandre Silveira



O ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, afirmou, nesta quinta-feira (12), em São Paulo, que a volta do horário brasileiro de verão é uma possibilidade real, para melhor aproveitamento da luz natural em relação à artificial e a consequente redução de consumo de energia elétrica no país.

“O horário de verão é uma possibilidade real, mas não é um fato porque tem implicações, não só energética, tem implicações econômicas. É importante para diminuir o despacho de térmicas nos horários de ponta, mas é uma das medidas, porque ela impacta muito a vida das pessoas”, reconhece o ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira.

Devido às implicações do horário de verão no cotidiano dos brasileiros, o chefe da pasta entende que a decisão de adiantar os relógios em uma hora, em parte do território brasileiro não pode ser tomada precipitadamente. “[A medida] não deve ser tomada de forma açodada. Se necessário, não tenham dúvida, que nós voltaremos com o horário [de verão]”, concluiu o ministro.

Silveira confirmou que, na segunda-feira determinou ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e a Secretaria Nacional de Energia Elétrica (MME) que se reúnam com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para apresentar um plano de contingência para

o verão de 2024/2025 e o planejamento energético do próximo ano.

Alexandre Silveira afirmou ainda que pesquisas demonstram que os efeitos do horário de verão - durante os meses da primavera e do verão - são positivos para diversos setores econômicos do Brasil, como o turismo, além de bares e restaurantes.

Térmicas e energia verde

O ministro considera que a economia gerada pelo horário de verão é importante para reduzir o despacho de usinas térmicas nos horários de pico de consumo, entre 18 horas e 21 horas, geralmente.

Por isso, no plano de contingência solicitado ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, o ministro disse querer informações sobre quais térmicas são da Petrobras, do setor privado e quais são as principais fontes das usinas que geram energia elétrica a partir, por exemplo, da queima de óleo diesel, combustível fóssil derivado do petróleo. O objetivo é manter o equilíbrio do setor elétrico brasileiro com segurança energética.

Demanda

O ministro afirmou que é necessária a geração de energia no país, porque a temperatura mundial tem subido e apresentou dados sobre o crescimento do consumo de energia. “O Bra-

sil nunca tinha consumido, antes de setembro deste ano, 105 gigawatt [GW] em uma tarde. A média é 85 GW, o que demonstra que nós tivemos todos os ar-condicionados do Brasil ligados e que a necessidade de energia, cada vez, mais oscila no Brasil.”

Para ele, o futuro energético passa pela economia verde. “Não há salvação fora da nova economia verde que considera a necessidade do desenvolvimento econômico; do capital ser remunerado com sustentabilidade; com o mais restrito respeito à legislação ambiental e frutos sociais para combater a desigualdade, que é uma realidade no nosso país”.

As declarações do ministro foram dadas em São Paulo, em encontro com o ministro do Meio Ambiente e Segurança Energética da Itália, Gilberto Pricetto Fratin, que acompanhou medidas para melhorar a qualidade dos serviços prestados pela empresa Enel Distribuição São Paulo, após os últimos apagões elétricos naquele estado.

Horário de verão

O horário brasileiro de verão foi instituído pela primeira vez pelo, então, presidente Getúlio Vargas, de 3 de outubro de 1931 a 31 de março de 1932.

No Brasil, o horário de verão funcionou continuamente de 1985 até 2019, quando o governo federal passado decidiu revogá-lo, em abril de 2019, ale-

gando pouca efetividade na economia energética.

Antes da extinção, o período de vigência do horário de verão entre os meses de outubro e fevereiro foi definido, de acordo com critérios técnicos, para aproveitar as diferenças de luminosidade entre os períodos de verão e do restante do ano.

A medida impactava na redução da concentração de consumo elétrico entre 18 horas e 21 horas.

Até a extinção, o horário de verão era aplicado nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e, ainda, no Distrito Federal. E ficavam de fora da política pública as regiões Norte e Nordeste, por não representar redução da demanda energética significativa nos estados das duas regiões, devido à diferença

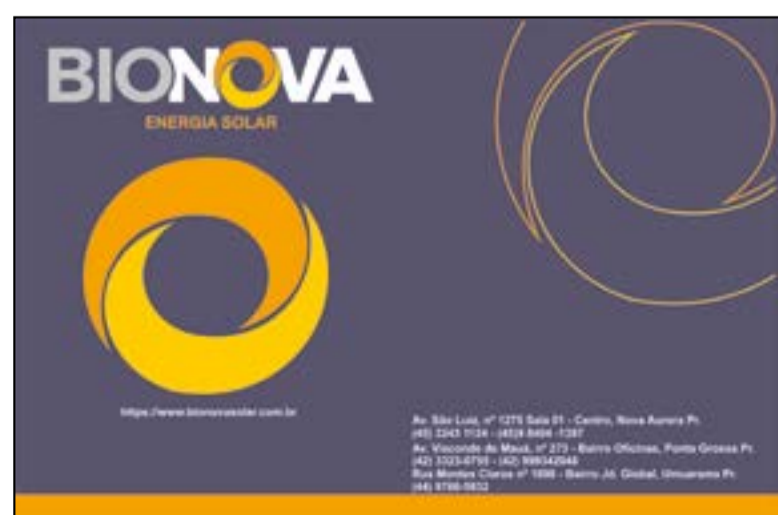
na luminosidade em relação ao restante do país.

De acordo com o decreto nº 9.242 de 2017, a hora de verão funcionava a partir de zero hora do primeiro domingo do mês de novembro de cada ano, até zero hora do terceiro domingo do mês de fevereiro do ano seguinte. Mas, se coincidissem com o domingo de carnaval, o encerramento ocorria no domingo seguinte.

Em resposta à Agência Brasil, o Ministério de Minas e Energia esclarece que o retorno do horário de verão deve ser analisado sob diversos aspectos, como a geração de energia, os índices pluviométricos e, também, os aspectos econômicos da medida. O MME segue analisando as condições com responsabilidade, de modo que garanta a segurança energética para todos os brasileiros.

Fonte:

Da Agência Brasil



Desenrola Pequenos Negócios rende R\$ 215 milhões em renegociações no Paraná

O programa federal Desenrola Pequenos Negócios permitiu a renegociação de dívidas bancárias de 65 mil MEIs e empresas de micro e pequeno porte. Segundo a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), foram renegociados R\$ 3 bilhões em dívidas, de 13 de maio até 20 de agosto.

A medida envolveu 98 mil contratos. No Paraná, 4.155 empresas e empresários renegociaram seus débitos, numa ação que envolveu 6.559 contratos e um valor total de R\$ 215 milhões.

RENEGOCIAÇÃO

O programa, criado por meio de Medida Provisória, possibilitou a renegociação de dívidas não quitadas até 23 de janeiro deste ano. Participaram empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. A iniciativa foi desenvolvida com base na experiência na Faixa 2 do Desenrola para pessoas físicas. A abrangência do programa, em todos os estados, garantiu que o apoio chegasse a empreendedores de diferentes regiões.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A iniciativa contou com a participação das principais instituições financeiras do país. Foram sete bancos participantes,



que representam 73% do total da carteira de crédito de micro e pequenas empresas nacionais.

REGIÕES

A Região Sudeste concentra quase metade das movimentações relativas ao programa. Juntos, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo concentram 31.536 em-

presas, 49 mil contratos e R\$ 14 bilhão em valores renegociados. Na sequência aparece o Nordeste, com 13,8 mil empresas, 19,3 mil contratos e R\$ 610 milhões em valores, seguido por Sul (9,5 mil empresas), Centro-Oeste (6,1 mil) e Norte (4,2 mil).

ESTADOS

Os estados de São Paulo,

valor total de R\$ 238 milhões. No Rio, 5.386 clientes celebraram 8.508 novos contratos com volume renegociado de R\$ 241 milhões.

SAÚDE FINANCEIRA

O Desenrola Pequenos Negócios, além de contribuir para a saúde financeira dos pequenos negócios, ajuda a fortalecer a economia brasileira, uma vez que as micro e pequenas empresas são responsáveis por grande parte da geração de empregos e renda no país. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2023, cerca de 80% dos empregos formais gerados no Brasil foram originados em micro e pequenas empresas.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República



Secom e MinC lançam edital de apoio cultural a rádios comunitárias

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e o Ministério da Cultura (MinC) publicaram, nesta quinta-feira, 12 de setembro, o Edital Cultura Viva de Patrocínio sob a Forma de Apoio Cultural às Rádios Comunitárias, algo inédito no âmbito das políticas públicas voltadas à comunicação comunitária.

O investimento será de R\$ 2 milhões e pode contemplar mais de 800 emissoras - previamente cadastradas pela Secom - com um valor bruto de R\$ 2.466,09 para veiculação de mensagens informativas. A lista rádios que podem concorrer ao apoio pode ser consultada na Portaria SE/Secom/PR nº 2, de 15 de maio de 2024.

CULTURA VIVA – O objetivo é ter a adesão das rádios comunitárias para uma ação de divulgação das ações do Ministério da Cultura. O chamamento integra uma série de ações previstas pela Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), que em 2024 completou 20 anos, e é direcionada à valorização, ao reconhecimento e ao fomento de entidades, coletivos e agentes que fazem a cultura acontecer em suas comunidades. As rádios deverão divulgar comunicados que contribuam para o acesso à política cultural.

“A Cultura Viva tem 20 anos e hoje é a política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura, impulsionada pelos recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB). Um momento histórico para as culturas tradicionais e populares, são mais de R\$ 400 milhões chegando aos estados e municípios para serem investidos na Cultura Viva, ampliando a rede de pontos e pontões de cultura”, explicou Márcia Rollemberg, secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC. “A parceria com as rádios comunitárias nos permitirá ampliar a divulgação dessa política nos territórios, para que mais fazedores e fazedoras de cultura possam ser reconhecidos e fomentados como Pontos de Cultura”, completou.

COMPROMISSO – Ricardo Zamora, secretário-executivo da Secom/PR, lembra que o governo do presidente Lula sempre teve como objetivo a busca pela democratização da comunicação, entendendo, nesse âmbito, a necessidade de pluralizar vozes, e de incentivar a comunicação popular. “Nesse sentido, sob a orientação do ministro Paulo Pimenta, esta Secretaria-Executiva da Secom, junto do MinC, trabalhou arduamente para colocar esse edital na rua. As rádios comunitárias

sempre estiveram no foco de interesse da atual gestão”.

Segundo o edital, as rádios contempladas deverão divulgar pelo menos dez mensagens com foco no fortalecimento e articulação da rede de pontos e pontões de cultura nos territórios, com 60 segundos cada. Os veículos ficarão responsáveis pela gravação e transmissão áudios, com base no conteúdo definido pelo Ministério da Cultura.

PORTARIA – A Portaria MinC nº 148, de 27 de agosto de 2024, instituiu, como modalidade de fomento direto, o patrocínio sob a forma de apoio cultural destinado a Emissoras de Radiodifusão Comunitária. Trata-se de um incentivo à divulgação de atividades e projetos culturais realizados na área de abrangência de cada prestadora, além de fortalecer o papel da comunicação comunitária na promoção da cidadania cultural e na divulgação das políticas culturais.

As rádios contempladas deverão promover e valorizar a diversidade das expressões culturais brasileiras, garantindo espaço para diferentes manifestações culturais e artísticas, com ênfase na inclusão de todas as etnias, gêneros e identidades culturais presentes na comunidade.

CENTER CALÇADOS







WHATSAPP (45) 99962-0587

Itaipu amplia prazo para participação em edital de instalação de usina solar flutuante



O prazo do edital do projeto-piloto da Itaipu Binacional de uma usina solar flutuante no reservatório da usina hidrelétrica em caráter experimental, com capacidade de 1 MWp (megawatt-pico), foi ampliado para 16 de outubro. A data anterior era 25 de setembro.

A prorrogação foi publicada nesta quarta-feira (11), no site da Itaipu, na página <https://portal->

[dofornecedor.itaipu.gov.br/licitacoes/ef-0823-24](https://portal-dofornecedor.itaipu.gov.br/licitacoes/ef-0823-24).

A decisão adotada pelas margens brasileira e paraguaia da Itaipu é para dar mais transparência no processo e garantir mais tempo para que empresas interessadas possam participar do certame.

O edital para contratação do serviço, com valor estimado

de US\$ 1 milhão, prevê o fornecimento dos equipamentos, instalação, comissionamento e assistência técnica. Poderão participar da licitação consórcios binacionais, formados por empresas brasileiras e paraguaias.

Segundo o superintendente da Assessoria de Energias Renováveis da Itaipu-Brasil, Rogério Meneghetti, a extensão do

prazo é necessária para que as empresas possam tirar o maior número possível de dúvidas. "Além disso, por não se tratar de um 'projeto de prateleira', ou seja, que possui particularidades próprias e componentes de inovação, as empresas precisam fazer visitas técnicas até o local para conceber o projeto e sanar suas dúvidas", explica Meneghetti.

A mesma opinião é compartilhada pelo superintendente da Assessoria de Energias Renováveis da Itaipu no Paraguai, Pedro Domaniczky. Ele destaca a importância do projeto-piloto, ressaltando suas características únicas, num âmbito de cooperação binacional, "que contribui para o desenvolvimento e consolidação de ambos os mercados (Brasil e Paraguai) em tecnologia solar flutuante". As Assessorias de Energias Renováveis dos lados brasileiro e paraguaio irão coordenar a execução do serviço.

Consórcio binacional

As empresas interessadas em participar da licitação deverão ser reunir em forma de consórcio binacional, composto por empresas do Brasil e do Paraguai, em que cada mercado deve deter no mínimo 30% de participação. Também deverão atender aos requisitos de habilitação e demais exigências estabelecidas para cada país no

edital.

O prazo para a instalação dos painéis, a partir da assinatura da ordem de serviço, será de 150 dias corridos, incluindo a entrega do projeto de engenharia, dos equipamentos elétricos, do sistema de controle e instrumentação, estrutura mecânica, obras civis e estruturais, construção, montagem e comissionamento. Outros 180 dias serão adicionados para assistência técnica, treinamento e aceitação final do produto, totalizando 330 dias para a execução do projeto.

Como vão funcionar

Os painéis serão posicionados na margem paraguaia do reservatório e a energia gerada vai atender parcialmente o consumo interno da própria usina. Rogério Meneghetti disse que a expectativa em relação ao projeto é que a instalação do painel traga benefícios ambientais, entre os quais a redução da evaporação do reservatório e a mitigação da formação de algas, contribuindo para a preservação dos ecossistemas aquáticos. Ao refletir a luz solar, a água também poderá aumentar a captação de energia dos painéis solares.

Receita informa prazo final para adesão ao Refis



A Receita Estadual do Paraná informa que o prazo de adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado de ICMS, ITCMD e dívidas não tributárias - REFIS, instituído pela Lei nº 20.946, de 20 de dezembro de 2021, com alterações da Lei nº 21.860, de 15 de dezembro de 2023, se encerra, no caso de parcelamento, no dia 26/09/2024, às 18:00 e, no caso de pagamento em parcela única, no dia 30/09/2024. A adesão pode ser realizada no Portal de Programas Especiais de Regularização de Débitos.

O Programa de Parcelamento Incentivado, regulamentado pelo Decreto nº 10.766, de 2022, com alterações do Decreto nº 5.471, de 2024, possibilita

a regularização de débitos de ICMS e ITCMD, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31/07/2023, com redução de até 80% da multa e juros e parcelamento em até 180 meses. Também podem ser pagas ou parceladas dívidas ativas não tributárias, inscritas pela Secretaria de Estado da Fazenda até 31/07/2021, com redução dos encargos financeiros.

Os parcelamentos de ICMS e ITCMD, realizados em até 60 parcelas, podem, a critério do interessado, ser parcialmente quitados mediante Pedido de Acordo Direto com Precatórios.

No caso de parcelamento de dívidas ativas ajuizadas é necessária a prévia emissão, pela Procuradoria Geral do Es-

tado, do TRP - Termo de Regularização para Parcelamento, que comprova a regularização de honorários e desistência de eventuais recursos judiciais. Salientamos que o prazo para solicitar tal documento junto à Procuradoria Geral do Estado (junto a Central de Atendimento da Procuradoria Geral do Estado pelo email dividaativa@pge.pr.gov.br ou telefone 041 3281-6250) se encerra no dia 20 de setembro próximo.

A concessão dos benefícios da Lei nº 20.946/2021 para parcelamento está condicionado, nos casos de contribuintes sujeitos à entrega da EFD, GIA-ST ou DSTDA, à adimplência do imposto declarado a partir do período de referência janeiro/2022. A mesma regra vale para a manutenção do parcelamento.

Para consultar os débitos com direito aos benefícios, emitir a guia para pagamento à vista ou simular ou realizar parcelamentos, os interessados deverão acessar o Portal de Programas Especiais de Regularização de Débitos ou o menu Parcelamento ICMS - REFIS 2022 - Lei nº 20.946/2021 do ReceitaPR, mediante login e senha.



Destaque dos produtores da Copacol nas integrações referente a agosto

Apesar dos desafios que são peculiares em cada atividade de produção animal, os cooperados que atuam nas integrações da Copacol, como aves, suínos, peixes e leite, com muita dedicação e empenho, obtiveram excelentes resultados e se destacaram com bons índices de produtividade no mês de agosto.

Na atividade de suinocultura em que a Copacol conta com a integração de 172 produtores, que atuam na terminação dos animais, a maior pontuação do período foi obtida pelo cooperado de Cafelândia, Leandro Motter Ludovico, com resultado de 645 pontos, seguido pelo produtor, Erno Vogt, também de Cafelândia, com 641 pontos. Na terceira posição do ranking dos melhores, está o suinocultor de Nova Aurora, Rodrigo Grigio, que fechou o mês com 632 pontos. Douglas da Silva de Cafelândia aparece em quarto lugar com 629, e fechando o top 5 dos melhores, está o cooperado de Nova Aurora, Dilson Ferreira de Matos, com 626 pontos.

Dono do melhor resultado do mês agosto, Leandro Ludovico comemora os bons índices zootécnicos. "O resultado é fruto de uma somatória de



esforços, mas quero destacar a importância das orientações técnicas, aliada aos manejos do Afonso nosso colaborador, que está diretamente em contato com os animais no dia a dia dentro da granja. A gente segue rigorosamente as orientações técnicas porque sabe que eles estão sempre atualizados e embasados em conhecimento técnico para nos auxiliar na busca por resultados cada vez melhores, e isso ficou comprovado com o ganho que alcançamos em nos-

so último lote. Seguimos todas as orientações técnicas ao pé da letra, e os resultados vieram, então não tem como não acompanhar", destaca Leandro, que recebeu o expressivo valor de R\$ 56 por cabeça de suínos.

INVESTIMENTOS

A boa performance de Leandro na suinocultura, atividade a qual ela trabalha em família, junto com o pai, Francisco e a mãe Rosalina, e acima

de tudo o expressivo resultado do mês de agosto, é motivo de orgulho, e pensando em crescer ainda mais na atividade, os investimentos se concentram na construção de uma nova granja, que já está sendo edificada para abrigar 1,5 mil suínos. "Diante dos bons resultados que estamos colhendo na atual estrutura, e pensando em aumentar nossa renda no sítio, optamos por investir em uma nova granja, com mais tecnologia que além de facilitar a mão de obra,

vai nos proporcionar maior rentabilidade aqui na propriedade", conta motivado o produtor.

AVICULTURA

A Avicultura da Copacol conta com a participação de 768 produtores cooperados, com 1.241 aviários. No Mês de agosto o maior IEP (Índice de Eficiência Produtiva), foi obtido pelo cooperado de Formosa do Oeste, Vilmar Ranucci do Amaral, que alcançou expressivos 477 pontos. Na sequência vem o cooperado de Nova Aurora, Cezar Extetoeter com 474 pontos e fechando o ranking dos melhores do mês, com a terceira melhor pontuação, está o cooperado, Martinho Arroyo Lópes, de Rancho Alegre Oeste, com 396 pontos. A média geral do mês entre os produtores que entregaram frangos à Copacol foi de 396 pontos.

Em conversão alimentar das aves, o destaque de agosto foi o cooperado, Laerso Trevisoli de Nova Aurora, com 1.519 kg. Neste critério a média geral do mês foi de 1.668 Kg. Já o maior índice de crescimento diário ficou para o cooperado, Joacir Manarin de Nova Aurora, com 81.39 gramas. A média geral do mês foi de 69.84 gramas.

Embarques de carne suína crescem 4,7% em agosto segundo a ABPA



As exportações brasileiras de carne suína (considerando todos os produtos (entre in natura e processados) totalizaram 118,1 mil toneladas em agosto, informa a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). O volume é o segundo melhor resultado mensal da história do setor e supera em 4,7% o total embarcado no mesmo período do ano passado, quando foram exportadas 112,8 mil toneladas.

Na receita em dólares, a alta registrada no mês chegou a 9,1%, com US\$ 276,3 milhões no oitavo mês de 2024, contra US\$ 253,1 milhões. É o melhor resultado histórico mensal para o mês de agosto. Houve recorde para o mês também na receita em reais, com R\$ 1.534 bilhão, saldo 23,4% superior ao alcançado no mesmo período do ano passado, com R\$ 1.241 bilhão.

No ano (janeiro a agosto), os embarques de carne suína totalizaram 870,2 mil toneladas, número

7,7% superior ao registrado no mesmo período do ano passado, com 807,2 mil toneladas. Em receita em dólares, o resultado chegou a US\$ 1,885 bilhão, número 1,6% menor em relação ao mesmo período do ano passado, com US\$ 1,916 bilhão. Já em reais, houve crescimento de 3,1%, com R\$ 9,888 bilhões em 2024, contra R\$ 9,594 bilhões em 2023.

No levantamento por país, as Filipinas se consolidou como principal destino das exportações de carne suína do Brasil, com importações de 28 mil toneladas em agosto, número 80% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Em segundo lugar está a China, com 16,3 mil toneladas (-46%), seguida pelo Chile, com 12,3 mil toneladas (48%), Hong Kong, com 9,5 mil toneladas (+5%) e Japão, com 8,1 mil toneladas (+170%).

"As exportações brasileiras de carne suína ganharam novos players, com o crescimento do pro-

tagonismo das Filipinas e do Chile, com fortes elevações comparativas. O mesmo ocorreu com o Japão, mercado que se destaca pela importação de produtos de alto valor agregado, e que agora é parte dos cinco maiores destinos do produto brasileiro", ressalta o presidente da ABPA, Ricardo Santin.

Santa Catarina segue como maior exportador de carne suína do Brasil, com embarques de 62,5 mil toneladas em agosto, número 0,4% menor em relação ao mesmo período do ano passado. Em movimento de forte alta, o Rio Grande do Sul exportou 26 mil toneladas, volume 13,6% superior ao embarcado em agosto de 2023. Em seguida, estão Paraná, com 16,7 mil toneladas (+8%), Mato Grosso, com 3,2 mil toneladas (+4%) e Mato Grosso do Sul, com 2,5 mil toneladas (+13,9%).

"O Brasil tem expandido sua presença global nas exportações de carne suína, especialmente em um contexto de redução das exportações do principal exportador do mundo, a União Europeia. O saldo em toneladas de janeiro a agosto é o maior obtido nos oito primeiros meses de um ano, esse mês de Agosto é o segundo melhor resultado da série histórica, após o recorde absoluto do mês de julho. Tudo indica para novo recorde de exportações para este ano", ressalta o diretor de mercados da ABPA, Luís Rua.

Sistema Ocepar promove Semana de Sanidade Animal



O Sistema Ocepar, com o apoio da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), promove de 1º a 3 de outubro, a Semana da Sanidade Animal do Paraná. O evento será online e é dirigido a produtores, técnicos e gestores que atuam nas cadeias de produção de proteína animal, e demais interessados no tema que atuam no campo ou na indústria. Serão abordadas as cadeias produtivas da avicultura, suinocultura, bovinocultura e piscicultura.

"A garantia de qualidade e segurança dos produtos de origem animal é uma demanda crescente de consumidores e mercados internacionais", destaca o médico veterinário Alexandre Amorim, analista de desenvolvimento técnico do Sistema Ocepar e coordenador do evento. Segundo ele, trata-se de um evento inédito em que

os participantes do evento terão acesso às mais recentes práticas, legislações e tecnologias que podem transformar a sanidade animal em diferencial competitivo para o agronegócio.

Painéis

A abertura do evento será às 14 horas do dia 1º de outubro e será seguida de palestras sobre a regulamentação dos programas de autocontrole e a sanidade animal como estratégia para a abertura e manutenção de mercados globais. No segundo e terceiro dias do evento, a programação será das 9 às 16h20 com a realização de painéis sobre avicultura, suinocultura, bovinocultura e piscicultura.

As inscrições devem ser feitas até o dia 27 de setembro pelo link: <https://forms.office.com/r/iK9yh142UT>